

ECONOMIA RELIGIOSA. Estudo é da Fundação Getúlio Vargas e se baseia em dados do IBGE

Dízimos e doações a igrejas devem somar R\$ 5,1 bilhões neste ano

RAFAEL MOTA
DA REDAÇÃO

Contribuições a igrejas em forma de dízimo e doações a entidades assistenciais — comumente ligadas a denominações religiosas — deverão atingir cerca de R\$ 5,1 bilhões, no País, até o final do ano. Assim prevê o economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenador da pesquisa *Economia das Religiões: Aspectos Locais e Ascensão Social*, divulgada ontem, na sede da instituição, em São Paulo.

A estimativa se baseia em dados recolhidos em 2002 e 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de sua Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). O valor obtido na época, de R\$ 3 bilhões 721 milhões (e declarado pelos cerca de 200 mil entrevistados em 50 mil domicílios do Brasil), foi corrigido com a variação da inflação e o aumento do número de habitantes desde 2003.

Se todos os colaboradores mantivessem o nível de contribuição de quatro anos atrás, a atualização indicaria que, neste ano, cada um terá doado R\$ 21,31 ao mês (eram R\$ 16,62 em 2003). Divididos os R\$ 5,1 bilhões por toda a população, serão R\$ 2,26 por pessoa.

Na ocasião do POF, apurou-se que 10,6% dos brasileiros prestavam algum tipo de contribuição periódica a igrejas ou organizações de ação social.

Outro levantamento recém-divulgado pela FGV, intitulado *Economia das Religiões: Mudanças Recentes* e que também levou em conta dados do POF, mostra que evangélicos são, disparadamente, os maiores doadores. Os pentecostais (membros de igrejas mais recentes) eram 12,5% da população, mas fizeram 44% de todas as ofertas. Os católicos — 73,8% dos brasileiros e com renda familiar média 30% superior à dos pentecostais — responderam por 30,9% das doações.

“Como não se sabe a origem do dinheiro das igrejas (porque

elas não o divulgam e têm isenções tributárias), a revelação feita pelas pessoas joga luz nessa economia subterrânea”, declarou Neri.

MEIO DE VIDA

A situação atual teria a ver com dois períodos de um mesmo fenômeno nacional: a recessão econômica. Na década perdida de 1980, baixou o número de católicos e cresceu o de sem-religião (1,2% para 5,1% da população). Na de 1990, o catolicismo permaneceu em queda, e subiu a quantidade de evangélicos. Entre 1991 a 2000, de 9% para 16,2% dos habitantes.

Na segunda fase da crise, a religião teria sido encarada como uma “opção interessante” de sobrevivência. “Um padre leva nove anos para se ordenar, não pode se casar e não acumula capital. Em alguns casos, formam-se pastores em três meses, e igrejas evangélicas atuam com estratégias empresariais”.

Mais: conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, o saldo de empregos (diferença entre admissões e demissões) em organizações religiosas está subindo. Em 2000, foi de 1.766 vagas; em 2004, 4.085; e, em 2005, de 11.616.

Trata-se, de acordo com Marcelo Neri, da confirmação do que o sociólogo alemão Max Weber mencionou, há mais de um século, em seu livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, ao relacionar reforma protestante, revolução industrial e desenvolvimento capitalista. Hoje, uma “ética pentecostal”, consistiria na acumulação de capital nas igrejas.

Número de católicos se estabiliza

■ ■ ■ Apesar de o número de evangélicos permanecer em alta, praticamente parou de cair o de católicos, indica a FGV. A fatia católica da população, que despencara de 83,34% para 73,89% entre 1991 e 2000, quase não se alterou de 2000 a 2003, quando estacionou em 73,79% — em torno de 129,76 milhões de pessoas, quatro anos atrás.

O dado estaria ligado à redução da desigualdade social no Brasil, que nesta década atingiu o menor índice desde os anos 1970, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). “Desde 2003, tem havido uma forte

recuperação do (nível de) trabalho nas periferias, e programas sociais têm chegado às metrópoles com toda força”, afirma Marcelo Neri.

No País, em 2003, as maiores proporções de católicos eram registradas no Piauí (90,53%), Sergipe (89,40%) e Ceará (86,70%). A menor, no Rio de Janeiro (57,07%). São Paulo apareceu em 21º lugar (69,90%).

Mesmo com a estagnação do catolicismo, o Brasil, segundo dados do Vaticano, seria o 45º colocado em percentual de fiéis sobre a população (73,60%) — o primeiro, o Timor Leste (Ásia),



Marcelo Neri: “Será o dízimo?”

com 100%, e o último, Israel, com 2,70%.

Além disso, as denominações neopentecostais ainda tendem a se expandir porque “as igrejas atuam onde o Estado não se faz presente”, ou seja, áreas em que há serviços de saúde ruins e alto índice de violência.

“Elas estão arrecadando e prestando serviços sociais. Os evangélicos atrasam mais as contas e contribuem menos para a Previdência. Será que é o dízimo?”, indagou Neri. Em 2003, 17,88% dos brasileiros eram evangélicos — 12,49% deles, neopentecostais.



Pesquisa de Orçamentos Familiares indicou que 10,6% dos brasileiros prestavam algum tipo de contribuição

Dizimistas

>> São Paulo

Em 2003, o Estado respondeu por 30,78% do montante nacional em dízimo e doações declarados por entrevistados pelo IBGE em todo o País — R\$ 1 bilhão 145 milhões

>> Espírito Santo

Foi a Unidade da Federação com maior parcela de pessoas que afirmaram ser dizimistas ou doadoras de recursos a entidades (17,73% dos habitantes)

>> Rondônia

Da população desse Estado, 20,23% se disseram evangélicos pentecostais, o maior percentual registrado no Brasil

>> Distrito Federal

Foi onde, em 2003, o valor médio recolhido em dízimos e doações foi o mais alto do País: R\$ 4,48 por habitante, incluídos os que não fizeram colaborações